

ANÁFORA INDIRETA: O BARCO TEXTUAL E SUAS ÂNCORAS

Luiz Antônio Marcuschi*

Pano de fundo

Neste estudo, propomos investigar alguns aspectos da hoje denominada *anáfora indireta (AI)*,¹ geralmente constituída por expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto. Tratamos de uma estratégia endofórica de *ativação* de referentes novos e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos, o que constitui um processo de referenciação implícita. Caso típico de AI seria este:

1. Essa história começa com uma família que vai a uma ilha passar suas férias. [...] Quando amanheceu eles foram ver como estava o barco, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.

* Universidade Federal de Pernambuco.

1 Entre os trabalhos mais completos sobre o tema encontra-se a recente obra de Monika Schwarz (2000). *Indirekte Anaphern in Texten*, que seguirei de perto nesta exposição, embora muito do que ali se lê já foi por mim exposto em outros trabalhos, especialmente em Marcuschi (2000a) e em Koch e Marcuschi (1998).

É fácil perceber que [O BARCO] é uma expressão referencial nova nesse texto, mas surge como se fosse *conhecida*. Ela *ancora* (cognitivamente) na expressão nominal antecedente [UMA ILHA] que lhe dá suporte. Casos assim são freqüentes em todos os gêneros textuais tanto na fala como na escrita. Estudos sobre a questão para o alemão dão conta que as *AI* perfazem cerca de 60% das anáforas de um modo geral.² Daí a relevância de sua abordagem.

A classe das *anáforas indiretas* representa um desafio teórico e obriga a abandonar a maioria das noções estreitas de anáfora, impedindo que se continue confinando-a ao campo dos pronomes e da referência em sentido estrito. Ameaça noções de texto e coerência hoje no mercado, constituindo um problema central para as teorias formais da referência, sendo ignorada pelos gerativistas. Por fim, reintroduz no contexto da gramática aspectos sociocognitivos relevantes³ que permitem repensar tópicos gramaticais na interface com a semântica e a pragmática.

Partindo da premissa de que as referências textuais são construídas no processo discursivo e que muitos referentes são *objetos de discurso*⁴ construídos no modelo textual, dedicamo-nos, aqui, a analisar casos de progressão referencial multilinear e não direta. Mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma *AI* e o cotexto, persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão. A *AI* é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo

2 Esse dado vem lembrado por Schwarz (2000, p. 79) que cita vários autores que analisaram o fenômeno em gêneros textuais diversos. Para todos eles, as *anáforas indiretas* são mais freqüentes que as *diretas*.

3 Embora apenas lembrada e ainda não trabalhada aqui, a cognominada “*hipótese sociocognitiva*”, tal como desenvolvida por Salomão (1997) e Miranda (2000) é de grande utilidade neste caso porque trabalha com “espaços mentais” e “modelos estáveis de conhecimento”, sem se importar com o aspecto vericondicional. A própria referência é determinada no contexto da “cena comunicativa” ou nas “molduras comunicativas” e não numa relação previamente definida entre linguagem e mundo. A incorporação de Fauconnier (1985 e 1997) para este trabalho é evidente e natural.

4 Para Mondada (1994, p. 62), *objetos de discurso* (OD) são “objetos constitutivamente discursivos”, isto é, gerados na produção discursiva. No dizer de Mondada (1994, p. 62): “é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, os objetos de discurso que não lhe preexistem e que não têm uma estrutura fixa, mas que ao contrário emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.” Os OD não são uma simples remissão lingüística a algo autônomo, fixo, externo e prévio ao discurso. São *dinâmicos*, isto é, podem ser introduzidos e depois modificados, desativados, reativados ou reciclados em “movimentos discursivos” (Mondada, 1994, p. 64). Introduzidos lingüisticamente, os OD não se esgotam nesse aspecto, mas se desenvolvem discursivamente categorizando ou recategorizando os objetos.

que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores. Uma análise detida das características centrais da *AI* mostra que essas anáforas não dependem de uma congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados.

Por tudo isso, pode-se dizer que o estudo das *AI*, além de ser uma oportunidade para rever as relações entre *pragmática e cognição* e exigir análises mais cuidadas da noção de *modelos mentais* e do funcionamento semântico da língua (em especial do *léxico* e dos *papéis temáticos*), propicia uma produtiva revisão de noções tais como *língua, categoria, referência, inferência, texto e coerência*.

A noção clássica da anáfora: o caso da anáfora direta

Originalmente, o termo *anáfora*, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Hoje, na acepção técnica, *anáfora* anda longe da noção original e o termo é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não) contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial.⁵

Não está nos interesses centrais deste estudo tratar das *Anáforas Diretas (AD)*, mas para uma melhor compreensão do tema, convém lembrar em que consistem, distinguindo-se-as das *AI* aqui analisadas. Em geral, postula-se que as *AD* retomam referentes previamente introduzidos, ou seja, estabeleceriam uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Parece haver uma equivalência semântica e sobretudo uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado. A noção de correferencialidade é nesses casos crucial, embora não se dê sempre de modo estrito. Seguramente, aspectos gramaticais tais como concordâncias de gênero e número serão decisivos em muitos casos, especialmente quando houver mais de um candidato a antecedente referencial. Pode-se dizer que a visão clássica da anáfora direta se dá com base na noção de que a anáfora é um processo de *reativação de referentes prévios*.

5 Segundo lembra Schwarz (2000, p. 51), essa acepção já era comum entre os estóicos, tendo Apolônio Díscolo analisado o pronome como elemento anafórico em situações de uso textual.

Como veremos adiante, essa visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda a sua complexidade, pois nem sempre existe congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda a anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente. Mesmo no caso da *AD* não se requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente. Ao contrário do que se postula, o caso da anáfora correferencial não é paradigmático e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica. Inexiste uma classe de palavras funcionalmente definida como anafórica. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*.

Vejamos alguns dos aspectos da visão clássica na definição de anáfora de Milner (1982):

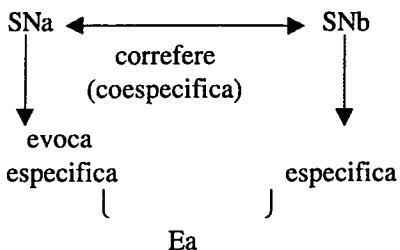
Ocorre uma relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B não é interpretável a não ser na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente – A. Essa relação existe quando B é um pronome no qual a referência virtual não é estabelecida a não ser pela interpretação de um “N” que o pronome “repete”. Ela existe igualmente quando B é um “N” em que o caráter definido – isto é, o caráter de identidade do referente – depende exclusivamente da ocorrência, no contexto, de um certo N” – com efeito, geralmente, o mesmo do ponto de vista lexical (1982, p. 18).

Milner apresenta aqui uma noção restrita de anáfora, ou seja, a idéia de que a anáfora envolve continuidade (retomada) pelo menos parcial de referentes. Além disso, Milner transforma em condição necessária a relação entre a anáfora e um antecedente textual quando propõe como base da anáfora a “*relação entre duas unidades A e B*” (que o autor chamará de “*anaforizado*” e “*anaforizante*” p. 32). Isto vale mesmo para o caso de se tratar de anáforas nominais do tipo sinônima ou repetição lexical (o autor distingue entre *anáforas nominais* e *anáforas pronominais*, p. 32). Contudo, Milner não supõe como condição necessária a retomada correferencial para o processo anafórico. Assim, pode sustentar que *anáfora* e *correferência* não são noções equivalentes (1982, p. 32).

A argumentação de Milner (1982) para a restrição conceitual aqui observada é a mesma da maioria dos autores que adotam essa posição, isto é, um termo, seja ele um nome ou um SN definido, quando tem autonomia referencial, pode referir independentemente do contexto textual. Já o pronome não pode atuar assim, porque não tem autonomia referencial. Portanto, uma entrada A de um [art. indef + nome] seguida de uma entrada B com outro [art. def + nome], sugere uma retomada de A por B. Essa identidade referencial definida de A = B só pode dar-se, segundo Milner, se entre A e B existir uma relação semântica prévia, independente do texto. Nesse caso devem A e B ser no mínimo sinônimos ou, no caso ideal, uma repetição do mesmo termo. Para o caso de pronomes, deve ocorrer um antecedente como ponto de ancoragem interpretativa, já que pronomes não têm autonomia referencial.

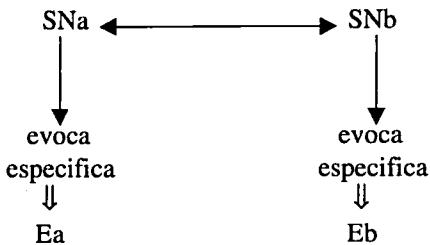
Lembramos aqui o que foi sugerido por Kleiber, Schnedecker e Ujma (1991, p. 32-33), isto é, que “*toda a anáfora é inferencial*”, mas não da mesma maneira nem sob as mesmas condições. Os dois esquemas gerais poderiam ser representados da seguinte maneira:

Anáfora Direta:



Aqui, um *SNa* (um sintagma qualquer na função de antecedente) evoca e especifica um referente, sendo que um outro *SNb* (um sintagma ou um pronome na função de anáfora) apenas correfere e coespecifica mas não introduz algo diverso. Trata-se de uma *reativação*. O símbolo *Ea* indica que a especificação referencial é uma só. Já o esquema para as estratégias dos tipos de *AI* pode ser assim representado:

Anáfora Indireta



Aqui tanto o *SNa* como o *SNb* especificam e evocam um referente próprio representado, na figura, por *Ea* e *Eb*. O interesse recai na relação referencial entre *Ea* e *Eb* que não é aleatória e sim fundamentada cognitiva e discursivamente por algum tipo de associação ou outro aspecto como apontado no modelo das *AI* mais adiante.⁶

Resta lembrar a famosa distinção feita nos estudos tradicionais de linguística textual entre o pronome no seu uso *dêitico* e *anafórico*.⁷ De uma maneira geral, seguindo a posição de Halliday e Hasan (1976), podemos dizer que o uso dêitico dos pronomes tem uma referência exofórica (isto é: extralingüística), ao passo que o uso anafórico do pronome tem uma referenciação *endofórica* (isto é: intratextual). Os demonstrativos e os de primeira pessoa são pronomes geralmente de uso dêitico e os de terceira pessoa são anafóricos (ou catafóricos).

Definição e características da *AI*

6 Embora sem discutir aqui a questão, salientamos que o divisor teórico entre os autores que postulam uma visão *estreita* de anáfora (por ex.: Kleiber, Schnedecker, Ducrot) e os autores que postulam uma visão *ampla* de anáfora (por ex.: Reichler-Béguelin, Berrendonner, Apothéloz, Dubois, Mondada) é que para os primeiros, ou seja, os que postulam uma visão *estreita*, a anáfora associativa, isto é, a *AI*, se dá com base em relações lexicais marcadas e inscritas *a priori* no próprio léxico. A associação seria dada como uma espécie de suposição semanticamente instituída na própria língua e situada no âmbito da competência lingüística. Isto tornaria a *AA* uma relação *essencialmente léxico-estereotípica*.

7 Para autores como Heim e Kratzer (1998, p. 240), essa distinção não teria relevância alguma para as teorias lingüísticas e além disso a explicação para as anáforas seria a mesma que para os dêiticos em termos de estratégias referenciais. Isso leva as autoras a afirmarem que “anafóricos e dêiticos seriam casos especiais do mesmo fenômeno”.

Definir um fenômeno por suas características constitutivas é sempre difícil. No caso das *AI* é ainda mais complexo porque o fenômeno depende de uma série de outras definições e distinções não bem firmadas. Em primeiro lugar, devemos ter em conta que aqui estamos lidando com um alargamento considerável da noção de *anáfora* em relação ao que acabamos de ver nas *AD*. Em segundo lugar, devemos admitir um processo de *referenciação* não extensionalista. Por fim, trata-se de considerarmos que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização, provocando o que poderíamos chamar de *universo referencial emergente*. Em consequência, a textualização não se dá como um encadeamento linear de elementos, de modo que a própria noção clássica de coerência fica afetada. Assim, para efeitos deste estudo, vamos tomar a *coerência* como um fenômeno que se dá no processamento textual e não como uma propriedade imanente ao texto. A coerência será aqui vista sobretudo como um princípio de interpretação e não um princípio de encadeamento enunciativo ou de boa-formação textual.

Uma vez feitas essas considerações iniciais, podemos operar com uma definição provisória de *AI* tal como a proposta por Schwarz (2000, p. 49):

No caso da *Anáfora Indireta* trata-se de expressões definidas que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões da estrutura textual precedente e que têm duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Importante nesse caso é o fato de: (a) nas *AI* não ocorrer uma *retomada de referentes*, mas sim uma *ativação de novos referentes* e (b) as *AI* terem uma motivação ou ancoragem no universo textual.

Mesmo adotando provisoriamente essa definição, não nos atemos à sugestão de que se deva reduzir as *AI* aos casos de *sintagmas nominais definidos*, pois como veremos adiante e segundo apontado por Schwarz (p. 122-124), também se dão casos de *AI* pronominais. Assim, a definição provisória acima receberia desde já um reparo com a seguinte reformulação (os acréscimos estão *destacados*):

No caso da *Anáfora Indireta* trata-se de expressões definidas [*e expressões pronominais*] que se acham na dependência interpretativa em relação a determinadas expressões [*ou informações constantes*] da estrutura textual precedente [*ou subsequente*] e que tem duas funções referenciais textuais: a introdução de novos referentes (até aí não nomeados explicitamente) e a continuação da relação referencial global.

Não chega a ser substantiva a mudança, mas estabelece um acréscimo significativo que amplia o leque, tal como podemos observar no momento de constituir os tipos de *AI*.

Podemos concordar com Schiffrin (1990, p. 264) quando a autora lembra que é difícil traçar uma linha divisória e estabelecer as relações entre “o mundo criado por palavras (o texto) e o mundo representado pelas palavras (o contexto)”, o que torna difícil uma distinção clara entre o que é um contexto textual e um contexto extratextual e dificulta também a distinção clara entre *anáfora* e *dêixis*. Assim, é difícil distinguir com precisão uma *AI* de uma ocorrência *dêitica*.⁸ Vejamos um exemplo dado por Schwarz (p. 50) para o caso de uma *AI*:

2. Ontem fomos a *um restaurante*. *O garçom* foi muito deselegante e arrogante.

A expressão *o garçom* ativa um referente novo e, ao *ancorar* num universo textual precedente, de certo modo também *reativa* “*um restaurante*”. Há, pois, algo similar a uma *ativação-reativação* na continuidade do domínio referencial. Assim, podemos dizer que a *AI* é uma espécie de ação remática e temática simultaneamente na medida em que traz a informação nova e a velha, ou seja, produz uma “tematização remática”.⁹

8 Segundo sugestão de Bühler (1934), Schiffrin (1990, p. 265) propõe que se veja a anáfora como “dependente da *dêixis*”, tendo em vista que o próprio texto é “essencialmente uma subespécie de um campo *dêítico singular*”. Pois “é pelo fato de textos e contextos criarem um campo *dêítico singular* que a anáfora é um tipo de *dêixis*”. Na verdade, “texto e contexto constituem um ao outro”.

9 Mesmo deixando de lado maiores comentários sobre a questão, gostaríamos de frisar que as *AI* não podem ser dissociadas das *anáforas associativas*, sendo estas uma parte substantiva das *AI*. Sobre isto consultemos os ensaios de Schnedecker, Charolles, Kleiber e David, 1995.

Dante disso, com Schwarz (p. 50), identificamos entre as características da *AI*:

- a) a inexistência de uma expressão antecedente ou subsequente explícita para retomada e presença de uma *âncora*,¹⁰ isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da *AI*;
- b) a ausência de relação de correferência entre a *âncora* e a *AI*, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) a interpretação da *AI* se dá como a *construção* de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não como uma busca ou reativação de elementos prévios por parte do receptor;
- d) a realização da *AI* se dá normalmente por elementos não pronominais, sendo rara sua realização pronominal.

Vejamos este exemplo trazido por Schwarz (p. 50) para o caso (d):

3. Ontem fomos a *um restaurante*. *Ele* foi muito deselegante e arrogante.

Comparando este exemplo (3) com (2), vemos que não se tem aí a mesma facilidade de entendimento, pois “ele”, em (3), pode ativar vários referentes e não necessariamente o *garçom*, como em (2). Não obstante isso, observamos que há casos de *AI* pronominal, como em (4), de fácil compreensão por ativar um esquema cognitivo constituindo indivíduos e denominando-os pronominalmente:¹¹

4. *A equipe médica* continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo *eles*, o paciente não corre risco de vida.

10 Adotamos aqui a expressão *âncora*, sugerida por Schwarz (2000, p. 74), tendo em vista ser melhor do que outras como *gatilho* que evoca inferências prospectivas; ou *antecedente*, já que nem sempre vem antes; além disso, uma “expressão-âncora” ativa significados desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas mas situadas no texto.

11 Esse exemplo foi amplamente analisado no estudo Marcuschi (2000a). O curioso no exemplo (4) é que se o pronome estivesse no singular não funcionaria tão bem. Essa noção de pluralização é um aspecto importante nas *AI*, tal como observado em Marcuschi (2000a).

De uma forma geral, as *AI* evidenciam essencialmente três aspectos: primeiro, a não-vinculação da anáfora com a *correferencialidade*, segundo, a não-vinculação da anáfora com a noção de *retomada* e, terceiro, a *introdução de referente novo*.

Uma tipologia de ANÁFORAS INDIRETAS

Tomo aqui a sugestão de Schwarz (2000, p. 98-110) que identifica dois tipos básicos de *AI* e os subdivide em outros. Para a autora é importante, na classificação das *AI*, observar qual a relação entre essas anáforas e a respectiva âncora. Schwarz sugere os seguintes tipos fundamentais de *anáforas indiretas* que se dividem em vários subtipos (p. 99):

- I. tipos semanticamente baseados
- II. tipos conceitualmente baseados

Para sua solução, os tipos (I) exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes) e estão vinculados a papéis semânticos. Já os tipos (II) exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos (mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e mais ligados a processos inferenciais gerais.

Uma relação dos subtipos aqui implicados poderia ser a seguinte, tal como sugere Schwarz (com uma série de modificações acrescidas por mim). No item “Princípios gerais do continuum anafórico”, retomarei essa classificação para analisar o seu aspecto de *continuidade*.

- (a) *AI* baseadas em papéis temáticos dos verbos

Para tanto, devemos ter em mente uma teoria dos “papéis temáticos” para os verbos e observar como esses papéis são preenchidos. O exemplo de Schwarz (p. 99) é o seguinte nesse caso:

- 5. Eu queria *fechar a porta* quando Moretti saltou dos arbustos. Com o susto deixei cair *as chaves*.

Como sabemos, o verbo *fechar* tem entre seus papéis temáticos o [*papel instrumental*], e nesse caso o item lexical [CHAVE] cumpre esse papel que ficou implícito com o uso do verbo.¹²

(b) *AI* baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos

Podemos aqui lembrar particularmente as relações *mereonímeas* (relações parte-todo), mas também, embora em menor escala, as hipo- e hiperonímias e os campos léxicos. Vejamos estes exemplos de Schwarz (p. 105):

6. Alfonso Clenin encontrou *um Mercedes azul*... Parecia-lhe que o motorista estava caído sobre *o volante*...[*parte integrante*] Constatou, porém, de imediato que *o homem* estava morto. *As faces* [*parte integrante*] estavam trespassadas por um tiro.

7. Não compre *a xícara amarela*. *O cabo* está quebrado. [*parte integrante*]

8. Compre *a panela cinza*. *O aço* dura muito mais. [*material*]

Não é difícil perceber como se constrói a cadeia referencial dos sintagmas definidos sublinhados nos exemplos (6, 7 e 8). Ao lado das *AI* baseadas nos papéis temáticos, essas relativas à relação parte/todo são as *AI* mais freqüentes. Observemos o interessante caso desta crônica de Fernando Sabino, “Se quiser descer, não suba”, em que o primeiro parágrafo é uma seqüência de SN definidos ativados pela âncora inicial [EDIFÍCIO]:

9. Chegando *ao edifício*, tomei *o elevador* que ia até *o décimo quarto andar*. Era pelo menos o que dizia *a tabuleta no alto da porta*. - *Sétimo* – informei *ao cabineiro*.

Eu estava sendo aguardado *no auditório*, onde faria *uma palestra*. Eram *as secretárias* daquela empresa que celebravam o Dia da Secre-

12 Muitas são as teorias que podemos invocar nesse caso, iniciando pela teoria das *valências verbais* de Tesnière, a teoria argumental dos verbos, a teoria das *funções-Teta* do gerativismo e a teoria dos casos de Fillmore, entre outras. Mas todas apontam para o mesmo aspecto, ou seja, que o verbo tem uma estrutura sintática desenhada que sob o ponto de vista semântico está à disposição para preenchimento com funções sintáticas típicas e semanticamente preenchidas.

tária e que, desvanecedoramente para mim, haviam-me incluído entre as celebrações.

Notemos que a expressão *edifício* tem como parte [ELEVADOR] e [ANDARES] inclusive um *décimo quarto andar*. O *elevador* tem um [CABINEIRO] e num *auditório* podemos ter [PALESTRAS].

(C) *AI* baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais

Temos aqui aqueles tipos de *AI* ancorados em representações conceituais ou relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais comumente chamados de *frames* (enquadres), cenários, esquemas, *scripts* etc., que representam focos implícitos armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimentos de mundo organizados. Não são necessariamente ligados a itens lexicais específicos, mas podem ser ativados por itens lexicais, como aponta Schwarz (p. 111), sendo assim uma espécie de ampliação de conhecimentos semânticos. Vejamos este exemplo da autora:

10. Nos últimos dias de agosto... a menina Rita Seidel acorda num minúsculo *quarto de hospital*... *A enfermeira* chega até a cama...

Notemos que o SN definido *a enfermeira* não reativa algum referente prévio, mas ancora no texto precedente, em especial no item “quarto de hospital” como um esquema cognitivo em que estão vários elementos possíveis de ativação, entre eles a enfermeira. Este é o caso da seqüência a seguir (p. 108):

11. *O livro* me agrada muito. Sobretudo porque *o preço* é acessível.

Nesses casos, as associações são menos ligadas ao léxico do que nos casos do tipo anterior fundadas nos conhecimentos semânticos de natureza mereonímea como na relação que encontramos entre [*livro* e *páginas*]. Vejamos o esquema de “almoço num restaurante”, que envolve uma série de ações, atores e elementos, bem como coisas, mas não há um limite claro para isso, nem se pode dizer que haja coisas obrigatórias, pois tudo depende da cultura em que situamos o almoço.

Certamente, existe uma relação associativa nas relações de modelos mentais, o que permite dizer que a maioria das *AI* fundam-se em associações de algum tipo. Também podemos lembrar que não é fácil estabelecer distinções claras e rígidas entre conhecimentos conceituais armazenados na memória e conhecimentos semânticos lexicalizados, pois essas fronteiras são tênues e não há um sistema que se dê naturalmente.

(d) *AI* baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual

Esses subtipos de *AI* ancoram em informações explicitadas no modelo do mundo textual precedente. Trata-se de anáforas fundadas em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto de conhecimentos textuais mobilizados. O trabalho cognitivo para operar com essas anáforas é maior do que no caso anterior. Vejamos um exemplo, extraído do *corpus do Nelfe*:

12. [E 175]¹³ O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas jogou o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3x0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi *a primeira vitória alvirrubra* na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro jogos, e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no Grupo A. Lêniton, Mael e Lopeu marcaram *os gols alvirrubros*. Com o ponta-esquerda Lêniton, improvisado de centroavante, e Ricardinho na esquerda, o Náutico demorou a se encontrar em campo. A Tuna jogava fechada e seu técnico, Bira Burro, orientava os atacantes Joacir e Ageu para ficarem enfiados entre os zagueiros alvirrubros. *O restante do time* paraense ficava em frente da área.

Sabemos que “*a primeira vitória alvirrubra*” é a ativação de um referente (SN descritivo definido) designado a partir de um estado de coisas (várias ações envolvendo o jogo de dois times de futebol etc) apontado no texto. É necessário saber as cores do time pernambucano (branco e vermelho). Assim também o referente de “*os gols alvirrubros*” é inferido do contexto anterior a partir do time “*alvirrubro*”. O SN descritivo, “*o restante do time*”, exige que tomemos o contexto textual anterior e ao mesmo tempo invistamos conhecimentos pessoais a respeito da composição de um time de futebol para saber que ainda sobram outros jogadores além dos citados, já que num time de futebol atuam 11 jogadores.

Embora Schwarz não se refira ao tipo (5) por mim aqui introduzido como um sub-tipo de *AI*, parece-me que esse tipo merece ser mencionado, mesmo que não seja muito freqüente.

13. O *Nelfe* (*Núcleo de estudos lingüísticos da fala e escrita*) é um núcleo de pesquisa que vem trabalhando com um *corpus* de textos das duas modalidades de vários gêneros. O número do exemplo corresponde ao da introdução dos dados no *corpus do Nelfe*, que tem materiais da escrita [E0000] e da fala [F000].

Existem algumas anáforas que não são indiretas, mas *elípticas*, que não reativam referentes prévios, embora ancorem no universo textual prévio (o que me leva a tratar dessa questão aqui). É o caso das proformas adverbiais representadas neste exemplo:

13. Pedro comprou um automóvel e João *também*.

O *também*, em (13), permite interpretar que João comprou [UM AUTOMÓVEL], mas não o mesmo de Pedro. Não se trata, portanto, de uma correferência, nem de uma anáfora reativadora, mas introdutora de um novo referente. Não se enquadra, no entanto, no mesmo plano que as *AI* aqui tratadas.

A título de observação para investigação futura, lembramos que a anáfora (13) tem por trás uma *ellipse*. O interessante no caso das elipses é ocorrerem na perspectiva da *afirmação remática com elisão temática*. Com base nisso, podemos propor o *princípio da rematização* como constitutivo das elipses, isto é, *toda a ellipse é uma afirmação de rema com elisão de tema*, de modo que ao se afirmar um rema, ou seja, o novo, o rema anterior, agora transformado em tema, é elidido, isto é, se torna uma espécie de antecedente. Assim, aquele *também* que aparece em (13) é algo *novo*, tipicamente uma forma de *AI* com algumas características das *AI* tratadas em (4).¹⁴

(e) *AI* baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações

Essas *AI* são nominalizações e em geral têm uma relação direta com algum verbo do qual mantêm o étimo ou então nominalizações de porções textuais inteiras. Seguidamente carregam forças ilocutórias marcantes como mostraram Koch e Marcuschi (1998). Não são anáforas diretas porque não retomam nem referem pontualizadamente algum item específico. Tomando o exemplo citado anteriormente, sobre o jogo de futebol, podemos observar o seguinte trecho como uma nominalização:

14. O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas *jogou* o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3x0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi a primeira vitória alvirubra na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro *jogos*, e serviu para le-

14 Embora não em contexto similar, Schwitalla (1997, p. 69), ao tratar da elipse na língua falada lembra que as elipses em geral seguem uma *orientação remática*, pois “quando é claro sobre o que se estamos falando, só expressamos aquilo que representa uma informação nova”. Essa orientação se dá nas perguntas do tipo “que/quem/o quê?”, em que se afirma apenas o novo.

vantar o moral do time que subiu para cinco pontos no Grupo A. Lêniton, Mael e Lopeu marcaram os gols alvirrubros.

O time *jogou* futebol e isto é ativado como [JOGOS]. Essa passagem de um verbo ou uma ação mais complexa para um nome é tida como um processo de *nominalização* e pode dar-se também de um enunciado reportado por um SN. Isto ocorre no exemplo da crônica de Fernando Sabino, citado anteriormente, se observamos o último parágrafo que vai de *celebravam o Dia da Secretaria* para [CELEBRAÇÕES]:

15. Chegando ao edifício, tomei o elevador que ia até o décimo quarto andar. Era pelo menos o que dizia a tabuleta no alto da porta.
- Sétimo – informei ao cabineiro.

Eu estava sendo aguardado no auditório, onde faria uma palestra. Eram as secretárias daquela empresa que *celebravam o Dia da Secretaria* e que, desvanecedoramente para mim, haviam-me incluído entre as *celebrações*.

Uma observação importante sobre essas *AI* do tipo (e) é a que dá conta de um conjunto de anáforas bastante comuns e que têm a estrutura de um SN construído com um determinante e um nome, sendo o determinante um demonstrativo do tipo [*esse, este, essa...*] gerando uma descrição definida para referir um fato ou um estado de coisas. Trata-se de um processo de nominalização do tópico inteiro em certas oportunidades.

Um último tipo de *AI*, o tipo (f) por nós introduzido e tratado por Schwarz (p.123-127) como “casos especiais de anáforas indiretas”, é o caso das *AI esquemáticas* realizadas por pronomes. Mesmo fugindo à proposta de Schwarz que se restringe aos sintagmas definidos que introduzem referentes novos, o tipo aqui sugerido opera com as mesmas características dos demais tipos de *AI* analisados. Vejamos:

(f) *AI esquemáticas* realizadas por pronomes introdutores de referentes

Esses pronomes não são retomadas de referentes anteriormente introduzidos, mas ativadores de novos referentes com base em elementos prévios que aparecem no discurso. Como já lembrado várias vezes aqui, esse tema foi explorado detidamente em Marcuschi (2000a). Essas anáforas são aqui apenas indicadas com alguns exemplos.

16. Estamos *pescando* há mais de duas horas e nada, porque *eles* simplesmente não mordem a isca.

17. A: Maria pretende *casar* no final do ano.
B: e o que é que *ele* faz?

O caso (17) é bastante interessante na medida em que se enquadra perfeitamente no tipo (a) [papel temático = *casar com alguém*], mas com a diferença de não ter uma realização com sintagma nominal definido e sim com um pronome de terceira pessoa.

Podemos usar inclusive pró-formas adverbiais para introduzir referentes, como neste caso trazido por Schwarz (p. 126):

18. Aprendi *italiano*, mas infelizmente nunca estive *lá*.

É claro que a compreensão nem sempre é fácil e o grau de aceitabilidade desses casos é variável e não homogêneo. De uma maneira geral, todas as *AI pronominais* têm sua interpretação e determinação referencial ancorada em algum elemento lexical anterior confirmado por algum elemento posterior, pois é comum ter que esperar a confirmação da interpretação por algum elemento de natureza catafórica, como neste caso analisado em Marcuschi (2000a):

19. Todos os lingüistas adoram ter um gato, porque *eles*...

Aqui o pronome pode ser interpretado de vários modos, sendo o mais provável tomar [*lingüistas*] como o antecedente. Contudo, se o enunciado continuasse assim:

20. Todos os lingüistas adoram ter um gato, porque *eles rosnam* em todas as línguas.

Certamente, todos nós interpretaríamos o referente de *eles* como sendo [GATOS], tendo em vista que a expressão *rosnar* sugere essa interpretação referencial.

Um exemplo característico

O exemplo (21) procede da redação de uma aluna de 10 anos e me foi cedido pela mestrandona Mary Jane da Silva, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Observemos que neste caso se trata de sequências com uma referenciação bastante lacunosa que não oferece dificuldade de compreensão. Aqui fica claro que a *AI não é uma estratégia de reativação de*

referentes, tal como se imaginou que seriam todas as anáforas. As *AI*, neste simples exemplo de narrativa de uma criança de 10 anos, permitem os referentes irem surgindo e se desenvolvendo como constructos heurísticos na atividade discursiva. O texto é o seguinte:

21. redação escolar

	<i>O outro lado da ilha</i>
1	
2	Essa história começa com <i>uma família</i> que <i>vai a uma ilha</i> passar
3	suas férias. Quando <i>eles</i> chegam eles vão logo explorando a ilha e
4	explodem <i>uma barreira</i> que os impediam de passar para o outro
5	lado da ilha.
6	Quando eles foram dormir eles perceberam que <i>os bezerros</i>
7	<i>começaram a correr</i> e que quando eles foram ver o que estava
8	assustando os bezerros. Quando eles de repente, com uma patada
9	<i>só um caranguejo gigante</i> os atacou.
10	<i>Debora que era sua esposa</i> começou a chorar dizendo que queria
11	ir embora.
12	Quando amanheceu eles foram ver como estava <i>o barco</i> , para ir
13	embora e perceberam que o barco não estava lá. <i>Os homens</i>
14	<i>sairam para explorar a ilha, e no meio do caminho</i> encontraram
15	um caranguejo que estava <i>no penhasco</i> . Eles não quizeram saber
16	e atiraram no caranguejo que caio <i>ribancera a baixo</i> . Mais <i>o</i>
17	<i>marido de Debora</i> , desmaiou e <i>seu irmão</i> não tinha como ajudá-
18	lo, por isso foi chamar ajuda. Quando <i>chegou em casa</i> chamou
19	logo seu sobrinho Ivan para ajudar ele a trazer seu irmão. Quando
20	os dois chegaram lá ele não estava mais lá. Quando eles estavam
21	voltando, Ivan teve a idéia de fazer <i>um farol com a torre que havia</i>
22	<i>na ilha</i> . Ele foi com <i>sua prima</i> e com seu cachorro. E tudo deu
23	certo, mas quando eles estavam indo embora da ilha, os
24	caranguejos estavam na porta da torre fazendo com que eles não
25	pudessem <i>sair daquele labirinto</i> . Eles dois tiveram várias idéias
26	mais nenhuma dava certo. Em casa Debora havia avistado seu
27	marido chegando com um homem. Na torre Ivan teve a idéia de
28	jogar a lanterna a querozene nos caranguejos. Quando <i>eles</i>
29	<i>jogaram-na</i> nos caranguejos <i>eles</i> saíram correndo em direção a
30	<i>mata</i> e com isso <i>a mata pegou fogo</i> . Da casa dava pra ver o fogo,
31	então todos saíram correndo para apagar o fogo. Eles apagaram o
32	fogo e foram dormir e quando acordaram avistaram um barco e
33	foram embora.

Analisemos mais de perto alguns casos do exemplo acima.

22. (linhas 2 e 3): Essa história começa com *uma família* que vai a uma ilha passar suas férias. Quando *eles* chegam [...]

Certamente, ninguém fica em dúvida quanto a quem sejam os indivíduos referidos por *eles* [PAI, MÃE, FILHOS, IRMÃOS, MARIDO, ESPOSA...], embora não haja antecedente pontualizado, mas um modelo cognitivo adequado para que se dê a inferência construtiva ancorada em [UMA FAMÍLIA]. Não se trata de entidades necessariamente presentes na noção de família, mas que podem ser ativadas por esse item na conjugação com conhecimentos de mundo. O pronome não reativa indivíduos, mas constrói (e ativa) um conjunto difuso de indivíduos e introduz esses indivíduos com base em uma *anáfora esquemática* tipo (f), que para Schwarz (2000, p. 122-124) estaria fora das AI.

23. (linhas 2-3 e 10-11): Essa história começa com *uma família* que vai a uma ilha passar suas férias...// *Debora que era sua esposa* começou a chorar dizendo que queria ir embora.

Um nome próprio usado na forma descritiva como anáfora, [DÉBORA QUE ERA SUA EZPOSA], tem caráter anafórico sem reativar nem retomar elementos mencionados. Novamente se dá a introdução de um referente novo como conhecido.

24. (linhas 2-3 e 12-13): Essa história começa com uma família que *vai a uma ilha* passar suas férias. Quando amanheceu eles foram ver como estava *o barco*, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá.

A ninguém ocorre indagar de onde vem [*O BARCO*] aqui mencionado. A coerência e continuidade tópica é produzida por uma *AI inferencial ancorada no mundo textual* [IR A UMA ILHA = VIAJAR DE BARCO PELO MAR]. Trata-se do tipo (d).

25. (linhas 2-3; 10-11; 13-19): Essa história começa com *uma família* que vai a uma ilha passar suas férias. [...] *Debora que era sua esposa* começou a chorar dizendo que queria ir embora. [...] *Os homens* saíram para explorar a ilha, e no meio do caminho encontraram um caranguejo que estava no penhasco. Eles não quizeram saber e atiraram no caranguejo que caio ribancera a baixo. Mais *o marido de Debora*, desmaiou e seu irmão não tinha como ajudá-lo, por isso foi chamar ajuda.

É fácil notar que nesse trecho o referente do SN descritivo, [*O MARIDO DE DÉBORA*], ancora em *uma família* que se compõe de [MARIDO, ESPOSA...] e na especificação prévia já introduzida, *Debora que era sua esposa*, a partir de um frame de família. Sabemos inclusive que o SN *os homens* refere os dois homens da família [MARIDO; IRMÃO DO MARIDO].

26. (linhas 28-31): Na torre Ivan teve a idéia de jogar *a lanterna a querozene* nos caranguejos. Quando *eles*¹ jogaram-na nos caranguejos *eles*² sairam correndo em direção *a mata* e com isso *a mata pegou fogo*.

Seguramente, a atribuição referencial de *eles*¹ e *eles*² com referentes diferentes se dá após a última parte do enunciado [E COM ISSO A MATA PEGOU FOGO], na medida em que entendemos que “*a mata pegou fogo porque os caranguejos incendiados sairam correndo...*”. Trata-se de uma ancoragem catafórica num tópico frasal que sucede e não em itens lexicais. Mais uma vez trata-se do tipo (*d*) de *AI*.

Estes poucos exemplos dão bem a medida da complexidade de que se reveste a explicação do funcionamento das *AI* em contextos textuais. Por outro lado, é importante perceber a extensão de um enquadre categorial como [FAMÍLIA] que serve para produzir coesão e coerência textual. Basta observar o fio narrativo calcado no enquadre geral [FAMÍLIA] cheio de personagens. Fala-se, nessa história, de sete pessoas, sendo seis da “família” (na verdade, eram duas famílias) e um homem de fora da família (aquele que chega com o marido de Débora após o episódio do desmaio).

Outro exemplo característico

Vejamos outro caso interessante que merece nossa atenção por algumas características que permitiram inferenciações complexas, diversificadas e desencontradas por parte dos indivíduos envolvidos no episódio narrado.¹⁵ De início, nos interessará o caso mais curioso do surgimento abrupto de um “pastor” a certa altura da narrativa.¹⁶

15 Trata-se de uma redação que me foi cedida pelo colega Rodolfo Ilari, a quem agradeço, produzida por uma funcionária da Unicamp, com Segundo Grau incompleto.

16 Embora se tenha dito muitas vezes que este tipo de *AI* seria próprio da oralidade e não da escrita, ele ocorre com certa freqüência na escrita, em especial em cartas pessoais e em reportagens.

27. A reunião no condomínio

1 Outro dia teve uma reunião no condomínio que meu colega de trabalho
 2 Osvaldo mora, o condomínio fica no Jardim Garcia. Ele comentou que chegou
 3 um pessoal da Unicamp para participar dessa reunião que seria referente a uma
 4 ação contra a CEF (Caixa Econômica Federal) juntamente com os advogados
 5 que eles contrataram. Só que esse pessoal quando chegou no condomínio
 6 procuraram logo o apartamento 12, mas esqueceram de falar o bloco que
 7 pertencia, sendo assim o porteiro mandou eles para o primeiro bloco, porque
 8 sabia que lá estaria acontecendo uma reunião também. Chegando nesse
 9 apartamento 12, a porta já estava aberta e um monte de cadeiras em círculo.
 10 Acharam estranho, mas afinal a maioria das reuniões fazem um círculo
 11 justamente para facilitar a conversa. Bom, logo que chegaram o pessoal que já
 12 se encontrava no apartamento foram logo gentilmente chamando-os para
 13 entrarem, então sentaram no círculo e acharam mais estranho ainda porque
 14 afinal de contas não tinha nenhum conhecido, mas como era ainda um pouco
 15 Cedo e a reunião iria começar somente às 22.00 hs, resolveram esperar,
 16 tão logo iniciou-se a reunião *uma pessoa ficou em pé e disse: - O Senhor esteja*
17 convosco, logo em seguida todos ficaram em pé e responderam: - Ele está no
18 meio de nós. Todos ficaram atrapalhados e não sabiam o que fazer, foi aí que
 19 viram a mancada que eles deram, entraram no apartamento 12, mas do bloco
 20 errado, sem graça e disfarçadamente saíram devagarinho para que ninguém
 21 notassem a ausência deles, mas foram infelizes nessa hora, porque *o pastor*
 22 logo que viu eles saindo lhes disse: - Deus acompanhem, mesmo que você não
 23 queiram ficar conosco. Abaixaram a cabeça e saíram todos pedindo desculpas e
 24 completamente desconsertados dessa reunião.

Vejamos três casos diversos que parecem sugerir três tipos de *AI* e um caso de progressão referencial baseada em anáforas diretas (*AD*) embora nem sempre com retomadas e sim com estratégias bastante complexas.

(i) *o pastor* logo que viu eles disse...

Aqui temos um caso típico de *AI* do tipo (*d*) que envolve aspectos textuais no processo inferencial. Trata-se do repentino surgimento do SN nominal definido “*o pastor*”, dado como conhecido sem ter sido mencionado antes. É fácil observar o surgimento desse referente na parte final do texto: *o pastor* (linha 21) que se acha ligado ao contexto precedente produzido nos espaços mentais do mundo textual que lhe serve de âncora (linhas 16-18). Temos ali um enquadre sociocognitivo no *modelo idealizado* em relação ao *papel* e ao *comportamento* de um Ministro da Igreja (*o pastor*). Só ele poderia ter iniciado a

reunião daquela forma: “O senhor esteja convosco”, e só um grupo de pessoas nessas circunstâncias responderia daquela forma: “Ele está no meio de nós”.

(ii) *o porteiro* mandou ...

Já na (linha 7) temos um caso claro de *AI* do tipo (c); um condomínio pode ter um *porteiro*, mas ele não é parte do condomínio assim como um dedo é parte da mão. Um porteiro entra no nosso *frame* (*enquadre*) de condomínio, ou de prédio em geral. O certo é que a inferência a respeito do mencionado porteiro se dá mediante um *modelo cognitivo idealizado* que é investido e no qual há papéis especiais exercidos por um porteiro que se acha geralmente num prédio e com uma função muito específica. Ninguém pergunta de onde vem aquele porteiro, pois é comum haver uma figura dessas num enquadre tal como o que aqui se achava em andamento.

(iii) *a porta* estava aberta

Diferentemente do que se observa em (ii) acima, *a porta* é parte integrante do prédio e do apartamento; mantém uma relação de parte/todo com ambos como no caso da (linha 8) em que aparece uma “porta aberta” pela qual eles naturalmente entram. Esta é uma *AI* do tipo (b), de natureza mereológica, já que a porta é parte integrante do apartamento em questão (qualquer apartamento tem porta). Essa possibilidade inferencial acha-se inscrita no léxico.

A diferença entre os dois tipos de *AI* presentes em (ii) e (iii) traz uma importante indagação sobre a organização lexical: *o que está ou não no léxico?* E também sobre as relações mereonímicas, hiper e hipónímicas, bem como sobre a construção de modelos cognitivos que se dão pelo trabalho sociocognitivo e não pela via do léxico.

No conjunto (iv) a seguir observamos progressões referenciais ligadas a anáforas diretas ou à introdução de referentes novos em um quadro mais amplo de referenciação.

(iv) *reunião* (a) e (b); *apartamento 12* (a) e (b); *bloco* (a) e (b) e *condomínio* (a)

O problema que mereceu da narradora esse relato curioso não foi a presença *do pastor* nem *do porteiro* ou *da porta* aberta, mas sim a dificuldade em encontrar os referentes dos SN que permitiam duas possibilidades de identificação referencial (caso típico de subespecificação lexical). Isto significa que de certo modo é mais fácil estabelecer as relações referenciais indiretas que as

diretas.¹⁷ O motivo da confusão foram as inferências indevidas sob o ponto de vista da identificação referencial. Aqui as *funções* (os itens lexicais em si) foram tratadas como *valores*. Observemos que “o pessoal” foi a um condomínio (que tem mais de um apartamento, mais de um bloco etc.), em busca de *o apartamento 12* e acharam *um apartamento 12* em que ocorreria *uma reunião*, mas essa não era *a reunião* procurada nem *o apartamento* se localizava *no bloco* certo.

Vejamos mais uma vez o texto (27), destacando e numerando os diversos SN operadores:

27a- *A reunião no condomínio*

Outro dia teve *uma reunião* (1) *no condomínio* (2) que meu colega de trabalho Osvaldo mora, *o condomínio* (3) fica no Jardim Garcia. Ele comentou que chegou um pessoal da Unicamp para participar *dessa reunião* (4) que seria referente a uma ação contra a CEF (Caixa Econômica Federal) juntamente com os advogados que eles contrataram. Só que esse pessoal quando chegou *no condomínio* (5) procuraram logo *o apartamento 12* (6), mas esqueceram de falar *o bloco* (7) que pertencia, sendo assim o porteiro mandou eles para *o primeiro bloco* (8), porque sabia que lá estaria acontecendo *uma reunião* (9) também. Chegando *neste apartamento 12* (10), a porta já estava aberta e um monte de cadeiras em círculo. Acharam estranho, mas afinal a maioria *das reuniões* (11) fazem um círculo justamente para facilitar a conversa. Bom, logo que chegaram o pessoal que já se encontrava *no apartamento* (12) foram logo gentilmente chamando-os para entrarem, então sentaram no círculo e acharam mais estranho ainda porque afinal de contas não tinha nenhum conhecido, mas como era ainda um pouco cedo e *a reunião* (13) iria começar somente às 22.00 hs, resolveram esperar, tão logo iniciou-se *a reunião* (14) uma pessoa ficou em pé e disse: - O Senhor esteja convosco, logo em seguida todos ficaram em pé e responderam: - Ele está no meio de nós. Todos ficaram atrapalhados e não sabiam o que fazer, foi aí que viram a mancada que eles deram, entraram *no apartamento 12* (15), mas *do bloco* (16) errado, sem graça e disfarçadamente saíram devagarinho para que ninguém notassem a ausência deles, mas foram infelizes nessa hora, porque o pastor logo que viu eles saindo lhes disse: – Deus acompanhem, mesmo que vocês não queiram ficar conosco. Abaixaram a cabeça e saíram todos pedindo desculpas e completamente desconsertados *dessa reunião* (17).

17 Esta questão já foi amplamente discutida na literatura e parece que a interpretação dos pronomes é mais problemática do que a de anáforas indiretas. Há mais equívocos de compreensão no primeiro caso.

Temos aqui 17 *ocorrências* de expressões referenciais seqüencialmente ordenadas e que de algum modo se relacionam, mas não têm os mesmos referentes em todos os casos, mesmo quando aparecem na forma de SN definido, que para a lingüística de texto tradicional deveria designar o mesmo referente na cadeia referencial. As seqüências aqui pareadas na linha das equivalências referenciais pretendidas pela narradora são:

- (A) {[A REUNIÃO PROCURADA] ° [uma reunião (1)] ° [dessa reunião (4)] ° [a reunião (13)]}
- (B) {[A REUNIÃO EQUIVOCADA] ° [uma reunião (9)] ° [a reunião (14)] ° [dessa reunião (17)]}
- (C) {[REUNIÃO GENÉRICA] ° [as reuniões]}
- (D) {[O CONDOMÍNIO PROCURADO] ° [no condomínio (2) ° o condomínio (3) ° no condomínio (5)]}
- (E) {[O APARTAMENTO PROCURADO] ° [o apartamento 12 (6)]}
- (F) {[O APARTAMENTO EQUIVOCADO] ° [nesse apartamento 12 (10) ° [no apartamento 12 (12) ° [no apartamento 12 (15)]]}
- (G) {[O BLOCO BUSCADO] ° [o bloco (7)]}
- (H) {[O BLOCO EQUIVOCADO] ° [o primeiro bloco (8)] ° [do bloco (16)]}

Embora tenhamos apenas 4 itens lexicais (*tipos*) constituindo o núcleo dos dezessete SNs (*ocorrências*), temos 8 cadeias referenciais (oito referentes). Para isso a narradora joga com repetições e, na maioria das vezes, com SN definidos, sem causar dificuldades aos seus leitores quanto à identificação das cadeias. Isto se dá pelo recurso a certos artifícios como os demonstrativos e a relação de contigüidade dos SN com outros elementos identificadores. O processo referencial é um trabalho inferencial no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão.

Aspecto interessante a ser discutido seria a questão das *concordâncias verbais* que obedecem a um sistema cognitivo e não à morfologia como tal. Vejamos:

- *o pessoal... procuraram...* - *a maioria das reuniões fazem...*
- *o pessoal... foram...* - *ninguém notasse...*

A congruência não se acha no plano de uma gramática de formas e sim de uma gramática da cognição.

Mais um exemplo característico

Não se trata de um abuso da bondade do leitor que nos acompanhou até este ponto. Trata-se de um terceiro caso interessante talvez presente nos demais, mas que mostra algo essencialmente novo. O texto (28) é um ensaio aparecido na *Revista VEJA* (29/04/1998), de autoria de Roberto Pompeu de Toledo. Para sua compreensão, precisamos de algo mais do que de conhecimentos lingüísticos. Precisamos de conhecimentos históricos circunstanciados que vão ficar cada vez mais difíceis com o correr dos tempos. Vejamos.

28. NELFE - E306

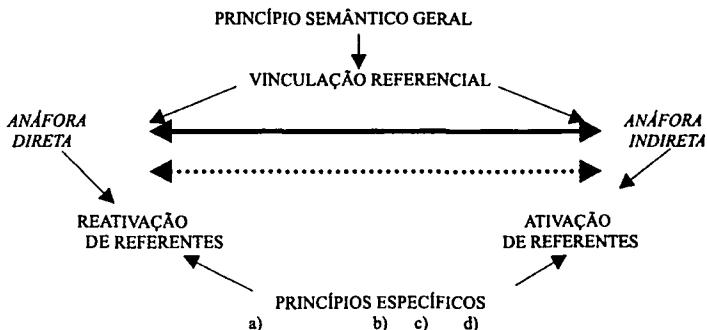
	Considerações sobre <i>ela</i>, sem dizer seu nome
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14	Há ocasiões em que <i>ela</i> age por atacado. Leva um ministro e, menos de 48 horas depois, o líder do governo na Câmara. Leva ainda no mesmo período, para ficar nas pessoas que aparecem nos jornais e na TV, um cantor de dor-de-Cotovelo, um escritor mexicano, a mulher de um beatle. Que arrastão! <i>Ela, a Inominável, a Indesejada das gentes</i> , mostra nessas ocasiões um fôlego de corredor de maratona. É o momento em que nos lembra que não relaxou na sua vigilância, a nós que tantas vezes pretendemos negá-la, e na vida de cada dia temos como fim último nos distrair de sua existência. Nessas horas em que age por atacado, <i>ela</i> chega com a exuberância de uma virtuose de seu ofício, a fúria de um touro ao entrar na arena, a fome de gols de um centroavante dopado. Feita sua obra, deixa-nos embasbacados como diante de um acrobata do impossível que, depois de um salto sobre o abismo, nos disse: "Viram do que Sou capaz?" [...]

Ninguém tem a menor dúvida de quem seja *ela*. No entanto, nunca foi nem vai ser, ao longo do texto, denominada por seu nome. Trata-se, evidentemente, da *morte*, aqui vista como *a Inominável* e *a Indesejada das gentes* (linha 6). Neste trecho, basta tomarmos o que ocorre no universo textual nas linhas 2 a 6 e teremos ali as âncoras necessárias:

29. *Leva um ministro e, menos de 48 horas depois, o líder do governo na Câmara. Leva ainda no mesmo período, para ficar nas pessoas que aparecem nos jornais e na TV, um cantor de dor-de-cotovelo, um escritor mexicano, a mulher de um beatle.*

O próprio verbo *levar* já é um bom indicador, pois o usamos com certa freqüência para indicar a morte de alguém, por exemplo: “Uma doença incurável o *levou* desta para a outra.” Mas no caso acima, há ainda indicadores – SNs definidos – de indivíduos que “foram levados”: “um ministro; o líder do governo na Câmara; um cantor de dor-de-cotovelo; um escritor mexicano; a mulher de um beatle”.

Observemos que o *ela* das linhas 1 e 2, tem uma relação catafórica com seu referente, ao passo que o *ela* das linhas 5, 8 e 10 têm uma relação de *AI* com o mesmo referente. Podemos dizer que nos casos das linhas 1 e 2 trata-se de uma



variável que gera uma expectativa. Temos, em (28) *AIs* do tipo (d), mas com realização em duas perspectivas diversas: prospectiva e retrospectiva.

Princípios gerais do *continuum anafórico*

Aspecto importante em toda esta análise é o que diz respeito à abordagem integrada das anáforas na *hipótese do continuum anafórico*. Podemos, após a exposição feita até aqui, defender que não há uma diferença essencial entre os diversos tipos de *Anáforas Indiretas* e ampliar essa visão afirmando com Schwarz (p. 133) que não há uma dicotomia estrita entre as anáforas ditas *diretas (AD)* e *indiretas (AI)*. O ponto crucial em que as duas classes de anáforas divergem de um extremo do contínuo ao outro é o fato de a *AD* reativar referentes prévios e com isso ter alguns liames mais formais com elementos antecedentes.

tes (uma espécie de ligação referencial estrita) e a *AI* ser essencialmente processual ao *introduzir* referentes novos com base em âncoras cotextuais e de modelos cognitivos de natureza diversa, indo desde uma âncora lexical [tipos (1,2,3)] a uma âncora extremamente ampla situada no modelo de mundo textual [tipos (4,5,6)]. O movimento de um pólo a outro equivale à integração de conhecimentos por processos cognitivos diversos, destacando-se a inferenciação.

Na tentativa de sugerir um modelo para fundamentação do contínuo anafórico entre as *AD* e as *AI*, proponho dois conjuntos de princípios:

(a) um princípio geral de *progressão referencial* também reconhecível como [PRINCÍPIO SEMÂNTICO] e

(b) dois princípios específicos, sendo um de *retomada* e o outro de *introdução* de referentes, também globalmente reconhecíveis como [PRINCÍPIO DE (RE)ATIVAÇÃO].

A diferença está, portanto, na natureza dos liames da progressão referencial. A expressão um tanto equívoca [(RE)ATIVAÇÃO] lembra apenas que dois processos estão aí em jogo: {[ATIVAÇÃO] / [REATIVAÇÃO]}. Numa primeira aproximação, o modelo do *continuum anafórico* pode ser exposto do seguinte modo:

Esquema do contínuo AD – AI

Não obstante a heterogeneidade de princípios específicos que subjazem à interpretação das duas classes de anáforas, persiste um princípio geral explicativo independente da classe, (*AD*) ou (*AI*), e do tipo.¹⁸ Trata-se do princípio que dá conta da continuidade de uma relação referencial. Um levantamento dos aspectos que contribuem para a interpretação das anáforas mostra que aqui entram pelo menos:

- a. referentes previamente introduzidos (vinculação correferencial)
- b. conhecimentos semânticos (papeis temáticos inscritos no léxico)
- c. conhecimentos conceituais (modelos cognitivos estabilizados)
- d. modelos do mundo textual (inferenciações textuais/práticas/culturais)

18 Dada a exigüidade de espaço é totalmente impossível mostrar aqui os tipos de *AD* desenvolvidos em Koch e Marcuschi (1997) e Marcuschi (2000b). A *AD* conta com 4 tipos diversos de retomada [REATIVAÇÃO] correferencial por repetição lexical, sinônimia, pronome de 3^a pessoa, metáfora e metonímia. Já as *AI* são os sete tipos de [ATIVAÇÃO] tratados acima no item 4.

Observamos que (a) é específico das *AD* e que (b, c, d) são próprios das *AI* mas não específicos, já que há muitas *AD* que também se servem desses princípios para se constituírem e produzirem a reativação, como as retomadas por sinonímia, antonímia, metonímia, metáfora e outras deste tipo.

Esses princípios unem-se da seguinte maneira, segundo Schwarz (p. 158):

Princípio semântico:

- 1) Expressão B ($\text{Det}_{(\text{def})} \text{N}_{\text{SN}}$) acha-se na relação X com expressão A (antecedente/âncora) ou
- 2) Expressão B acha-se (interpretativamente) ligada à expressão A

Princípio processual:

- 1) A é recebido on-line antes de B
- 2) B é focalizado on-line e A é ativado

Princípio referencial:

- a) A refere R1, B refere R1 (anáfora direta) ou
- b) A refere R1, B refere R2 e R2 acha-se na relação X com R1 (anáfora indireta)

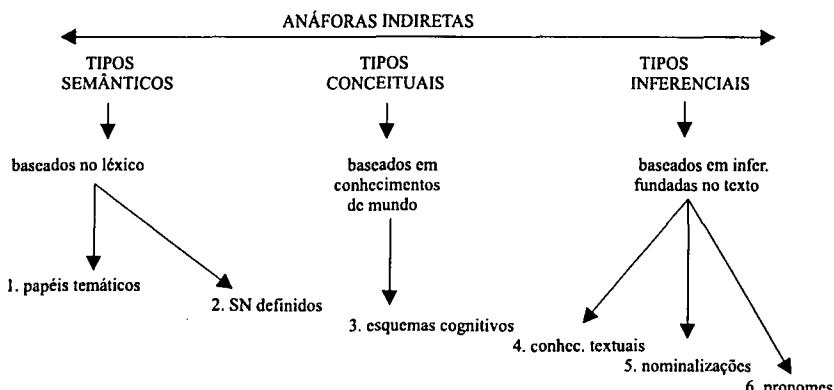
As relações e as estratégias subjacentes a esses princípios propiciam coerência e continuidade referencial em todos os casos, permanecendo sempre a base textual como relevante. Além disso, dá-se a mobilização de uma grande diversidade de conhecimentos ativados no caso de cada um desses princípios.

Para Schwarz (2000, p. 118), a sugestão de um *continuum anafórico* no caso das *AI* permite a postulação das seguintes hipóteses gerais:

- Todos os tipos de *AI* podem ser tidos como referências textuais ligadas a domínios (interpretativos) por vezes determinados e por vezes mais amplos;
- Os referentes dos SNs definidos que operam como *AI* são atingidos por estratégias constituidoras de referentes do tipo [PRENCHA O PAPEL X COM O REFERENTE R] no modelo de mundo textual;

- Todas as *AI* são expressão explícita de relações de coerência implícitas nas estruturas textuais. Ao receptor cabe ativar ou construir essas relações implícitas. Toda interpretação de uma *AI* exigirá o processo de estabelecimento de uma relação conceitual ou semântica ou textual-discursiva;
- As *AI* apresentam, do ponto de vista estrutural-informacional, tematizações remáticas que provocam continuidade e progressão informacional no texto;
- Quase todas as *AI* baseadas no léxico e em modelos cognitivos têm um tipo de leitura partitiva, seja em sentido estrito ou lato;
- As *AI* baseadas em inferências do modelo de mundo textual também têm uma leitura partitiva na medida em que ativam referentes que são parte do modelo de mundo textual invocado para sua constituição.

Adotando a sugestão de Schwarz (2000, p. 118), o *continuum anáforíco* das *AI* poderia ser assim representado, dentro dos princípios apontados acima e dos tipos por mim propostos no item “Uma tipologia de Anáforas Indiretas”. (Este diagrama é uma versão modificada e ampliada daquele apresentado pela autora e já envolve os tipos aqui acrescentados.)



Em todos esses seis tipos (já expostos anteriormente) dá-se sempre uma *AI* em que a solução ocorre na busca por uma âncora, seja ela semântica (lexical), conceitual (cognitiva) ou processual (textual), sendo essa última a mais tipicamente inferencial, embora todas sejam fruto de algum tipo de inferência.

Do ponto de vista dos conhecimentos necessários para proceder à busca de referentes e das relações referenciais presumidas nesses seis tipos de *AI*, podemos perguntar pelo papel da memória e pelas formas de operação com conhecimentos. Vejamos esses exemplos de Schwarz (p. 136), que se apoiam em papéis temáticos e modelos mentais:

30. Sônia deu um tiro em Betina. *O revolver* era roubado.

31. Sônia deu um tiro em Betina. ??? *A janela* tinha sido roubada

32. Comemos num restaurante espanhol. *O garçom* era da Andaluzia.

33. Comemos num restaurante espanhol. ??? *A manicure* era da Andaluzia.

O processamento cognitivo, seja de relações referenciais ou de conhecimentos de mundo e relações textuais-discursivas é muito mais fácil e garantido nos casos (30) e (32) do que em (31) e (33). Não se trata apenas de uma questão lexical como no caso (30) em que o verbo [DAR UM TIRO] pode ter um papel temático instrumental [ATIRAR COM UMA ARMA], de modo que é mais provável que o revolver fosse roubado do que a janela. Também em (32) o esquema ativado por [COMER NUM RESTAURANTE] é muito mais ligado ao fato de [RESTAURANTE TEM GARÇOM] do que restaurante ter uma manicure. Os domínios interpretativos ativados pelas âncoras devem sempre fornecer uma base coerente para o processamento.¹⁹

19 Não iremos levantá-los aqui, mas sabemos que há vários problemas de ordem cognitiva ligados a essa questão. Esse é o núcleo da controvérsia a respeito da construção de categorias. Não sabemos se elas têm um componente universal nem como são efetivamente construídas nem o que comportam em cada cultura, mas podemos, identificar uma série de propriedades que entram em cada uma. Essas propriedades são sociocognitivamente constituidas.

Anáfora Indireta e domínios cognitivos

Como vimos até aqui, as *AI* operam ancoradas em domínios cognitivos. Resta saber como esses domínios devem apresentar-se para contribuir de forma adequada para a solução do problema inferencial que se põe a cada vez que surge uma *AI*. Não iremos nos ocupar aqui, como o faz Schwarz (p. 134-143), com todos os detalhes atinentes ao processamento e à focalização que se dão na relação com a memória de longo, médio e curto termo. Esse aspecto é mais complexo e merece um estudo à parte.

Compreender uma *AI* corretamente é investir conhecimentos adequados buscados no contexto das âncoras oferecidas. Certamente haverá momentos de busca em que várias são as âncoras possíveis ou até mesmo ambigüidades se oferecem como em todos os casos de compreensão. Pois ao se oferecer uma descrição e explicação do aparato que subjaz ao processo de tratamento das *AI* não se está oferecendo ao mesmo tempo uma pílula para solução de todos os problemas cognitivos inerentes ao processo.

No processo de solução cognitiva das *AI*, em geral a atividade se dá em tempo real (*on-line*) mas não linearmente. Tal como observa Schwarz (p. 140), a simples existência de uma âncora adequada para a solução de uma *AI* ainda pode não ser suficiente. Sobretudo se há várias delas, como neste caso:

34. Fomos a *uma discoteca*, na noite passada e depois *jantamos num restaurante*, japonês e finalmente acabamos a noite *num barzinho*, perto de casa. *O garçom* era ótimo.

O grande problema aqui é saber a qual das três âncoras recorrer para identificar o referente da *AI* do enunciado. Os três domínios são oportunos, mas não se pode atribuir facilmente a um deles caráter predominante. Digamos que o enunciado acima tivesse no final o SN definido na forma plural, “os garçons”; nesse caso seria fácil imaginar que se tratava de três indivíduos distribuídos um para cada situação designada.

Fato análogo ocorre com o caso (35), mas não com o (36):

35. Meu amigo passou o dia de ontem *na biblioteca*. *O livro* não lhe agradou.

36. Meu amigo passou o dia de ontem *na biblioteca*. *Os livros* não lhe agradaram.

O domínio cognitivo [NA BIBLIOTECA] evoca uma série de livros e não especificamente um determinado livro, de modo que isso não permite identificar com clareza o que se entende ou refere com [O LIVRO] no caso de (35), mas sim no SN plural de (36) [OS LIVROS]. Este é um aspecto apontado por Schwarz (p. 141) para afirmar que a simples noção de *associação* não é suficiente para explicar as *AI* como pretendemos até o presente. Existe um aspecto morfossintático subjacente à interpretação anafórica nesses casos.

Outro aspecto importante no processamento das *AI* é o que diz respeito ao modelo de mundo textual evocado no ato de atribuição de referentes. Pode haver uma relação plausível, mas inadequada ou insuficiente para uma interpretação satisfatória, como ocorre no caso (37):

37. Sofia já estava ficando com *fome* no meio do caminho entre Recife e João Pessoa. *A próxima lavanderia* ficava a mais de 20 quilômetros dali.

No caso de uma âncora como [FOME] será mais fácil e adequado o processamento com [RESTAURANTE, HOTEL, LANCHONETE] ou algo parecido, mas não com [A PRÓXIMA LAVANDERIA] já que este não é um referente adequado para a continuidade do domínio evocado, embora haja continuidade textual.

Um último aspecto importante é o que diz respeito ao foco de atenção no momento do processamento da *AI*. Ele deve estar na mesma linha tópica sob o risco de não ser compreensível a relação de ancoragem pretendida. Vejamos os exemplos criados por Schwarz (p. 142) para esse caso:

38. Brunhilde festejou no dia 15 de maio alegremente o seu aniversário.
Somente ontem ela saiu do *hospital*. *As enfermeiras* foram de uma atenção exemplar para com ela.
39. Brunhilde festejou no dia 15 de maio alegremente o seu aniversário.
Somente ontem ela saiu do *hospital*. *Os presentes* foram abertos com grande algazarra.

Note-se que em (38) a continuidade com [AS ENFERMEIRAS] tem a ver com o foco imediato que é [HOSPITAL], mas em (39) a continuidade com [OS PRESENTES] nada tem a ver com o foco imediato [HOSPITAL] e sim com anterior [O SEU ANIVERSÁRIO] e por isso parece menos congruente e mais difícil de processar.

Estas observações sugerem que o domínio cognitivo que serve de âncora para as *AI* pode ser adequado, mas mesmo assim não suficiente, pois ainda existe a necessidade de uma adequação estrutural, isto é, de uma adequação baseada na organização da sequência temática. “Para a produção de estruturas de coerência são relevantes tanto fatores intra como extratextuais” (Schwarz, p. 142-143).

As *AI* como caso de subespecificação referencial

Considerando as *AI* uma espécie de uso lacunoso da língua, podemos dizer que são um caso especial de subespecificação semântica e referencial.²⁰ A subespecificação semântica e referencial não é um problema, mas um fato normal no uso da língua, já que é raro agirmos com explicitude completa. Portanto, as *AI* não podem ser consideradas como um caso de descontinuidade textual ou falta de coerência.

Considerando a máxima griceana “seja relevante” (Grice, 1975) como um dos princípios da textualização podemos dizer, com Schwarz (p. 81), que “os textos são sistematicamente subespecificados do ponto de vista referencial”. Não é qualquer coisa que se deixa de especificar, mas o que se supõe ser de fácil preenchimento pelo receptor do texto. A subespecificação se dá quando não se fornece informação necessária para compreensão de um texto e essa informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto.

Schwarz (p. 84-87) identifica três espécies de subespecificação semântica:

- a) *subespecificação referencial em expressões individuais* no caso de leituras específicas sugeridas mas não explicitadas;

Um exemplo típico para este caso seria:

40. *O animal* aproximou-se dele rangendo os dentes e latindo. Jonas subiu rapidamente na árvore mais próxima.

20 Trata-se do mesmo fenômeno visto por Fauconnier (1997) como *escassez da forma*. Ou seja, a forma lingüística em geral não porta o significado de maneira completa mas o guia, como lembra Salomão (1997) e Miranda (2000). No fundo, a língua constitui muito mais um sistema heurístico que hermenêutico.

O receptor desse texto interpretará facilmente *o animal* como sendo um [CACHORRO] e não uma [GIRAFA] ou um [ELEFANTE] tendo em vista a âncora oferecida com as expressões “rangendo os dentes” e “latindo”, que ativam um determinado animal. Neste caso, a subespecificação tem que considerar um processo de categorização dentro das experiências de um indivíduo situado numa dada cultura. No caso, a ocorrência (*o token*) ativado será: [O ANIMAL É UM CACHORRO].

- b) *Subespecificação referencial como lacunas específicas na cadeia referencial do texto*; trata-se da não nomeação de referentes com um papel no texto.

Exemplo para o caso seria este:

41. Por causa do gelo nas estradas, a ponte foi temporariamente fechada. Nas pistas lisas aconteceram muitos acidentes. Nessas ocorrências muitas foram *as latarias avariadas*.

No caso acima, sabemos que *as latarias avariadas* referem-se a peças de automóveis, caminhões, ônibus e motos que andam pelas estradas. A lacuna textual supre-se na relação meroenímica desenvolvida na constituição dos carros atuais.

- c) Subespecificação de relações (causais, motivações etc.) entre os enunciados.

Se tomarmos o exemplo (40) acima, podemos inferir que Jonas não tratou de subir na árvore para colher alguma fruta ou para ter uma bela vista da cidade e sim para *fugir do cão que o perseguia*. Mas essa relação causal não vem explicitada. Lacunas desse tipo exigem experiências de mundo e conhecimentos por vezes bastante sofisticados.

Com Schwarz (2000, p. 87), podemos identificar três estratégias cognitivas para lidar com esses casos de subespecificação referencial:

- a. *operações de instanciação* que geram leituras específicas com o preenchimento de categorias induzidas pelo contexto desta forma:
[X É UM Y]
- b. *operações constituidoras de referentes* que conduzem à ativação ou construção de referentes não designados:
[PREENCHA O PAPEL X COM O REFERENTE R]

- c. *operações de conexão* que correlacionam objetos, estados de coisas etc. numa relação adequada do tipo:
[LIGUE R1 E R2 PELA RELAÇÃO X]

Essas estratégias produzem coerência textual na medida que preenchem as lacunas referenciais nos casos de subespecificação semântica, referencial e conceitual. É evidente que um acúmulo dessas situações num texto conduz a uma maior dificuldade de compreensão ou a compreensões equivocadas. Há gêneros textuais que fazem disso sua virtude, como no caso das piadas, mas outros não têm lacunas em alto grau, tal como as receitas, as instruções de uso e as bulas de remédio. De igual modo as notícias jornalísticas e reportagens tentam minorar as situações de lacunas.

Anáfora e dêixis

Para uma compreensão mais completa da *anáfora indireta*, deveríamos introduzir uma reflexão detida sobre a relação entre a *anáfora* e a *dêixis*, pois a questão não é pacífica. Como o problema anda longe de uma solução e as opiniões são muito divergentes nesse particular, vamos nos ater a algumas observações gerais. Há quem imagine não haver diferenças de monta entre ambas. Outros julgam que a *dêixis* é da área da pragmática e as anáforas da semântica. O certo é que ambas dizem respeito a processos de contextualização do significado e se ligam ao fenômeno da indexicalidade (Schiffrin, 1990).

Os que julgam ser a anáfora uma questão semântica, observam-na como uma relação entre expressões textualmente representadas e definidas e identificam-na como endofórica. Já a *dêixis*, por sua vez, relacionaria expressões lingüísticas a fenômenos situacionais do contexto externo ao texto, sendo exofórica por definição.²¹ Para Cornish (1996, p. 21-22) esta é um situação no mínimo “bizarra”, pois parece pouco plausível considerar *dêixis* e anáfora como complementares em relação à sua saturação (situacional *versus* textual). Um dos contra-

21 Vale salientar aqui a observação de Schiffrin (1990, p. 245-246) que dá as coordenadas desse consenso na tradição lingüística até hoje: “Tradicionalmente, o que diferenciou a *dêixis* da anáfora tem sido o mundo particular no qual elas estão situadas e para os quais apontam: o mundo no qual a *dêixis* ancora tem usualmente sido definido como externo à fala (um mundo não-lingüístico chamado ‘contexto’), enquanto que o mundo no qual a anáfora ancora um enunciado tem sido usualmente definido como interno à fala (um mundo lingüístico denominado ‘texto’).”

exemplos para tanto seria o caso da *anáfora indireta*, ou seja, aquela que não tem um antecedente textual, mas também não se resolve por ligações extratextuais. A *AI* não seria o caso de uma anáfora em sentido estrito nem o caso de uma *dêixis*.

Por outro lado, há que considerar as observações de Schiffрин (1990, p. 246) quando traz um exemplo para mostrar como um pronome pode ter uma interpretação tanto dêitica como anafórica a depender de como se analisa. Veja-se este caso:

42. Ann dirige-se a Joe, Sam e Sue.

Ann: Eu não sei a resposta. Joe, *você* sabe?

A questão é: o *você* que aparece em (42) é um dêítico ou uma anáfora.²² Será um dêítico se levarmos em conta a co-presença física de Joe e Ann e que Ann aponta com o dedo para Joe (uma *dêixis gestual*). Contudo, considerando que o *você* é correferencial de Joe e que *Joe* aparece no texto, trata-se de uma anáfora. O mesmo ocorreria com este outro exemplo trazido por Schiffrin (1990, p. 246) com base em Lyons (1977):

43. Eu nasci em Londres e morei aqui/lá toda minha vida.

As expressões *aqui/lá* são dêíticos de lugar como também anáforas, pois o correferente está no texto. De igual modo há outros tipos de referenciação dêitica que se resolve no próprio texto e chamamos de *dêixis discursiva* ou de *dêixis textual* e não se confunde com a anáfora, mas é chamada também de “dêixis impura” ou de “dêixis imprópria” (Lyons, 1977, p. 667-668).²³

Adotando uma posição “psicologicamente mais realista”, Cornish (1996, p. 22) sugere que anáfora e *dêixis* são “procedimentos complementares de construir, modificar e acessar os conteúdos dos modelos mentais” de maneira que não haveria mais uma autocontradição na noção de *anáfora sem antecedente*. Para Cornish (1996, p. 22), se adotarmos uma posição mais acentuadamente marcada pela perspectiva cognitiva, poderíamos dizer que:

22 Schiffrin observa (nota 1) que essa análise difere daquela sugerida por Halliday e Hasan (1976) para os quais todos os pronomes de 1.^ª e 2.^ª pessoa são invariavelmente exofôricos, isto é, dêíticos.

23 Sobre a *dêixis discursiva* podemos consultar a clássica obra de Fillmore (1997) hoje em nova edição. O tema também já foi tratado em Marcuschi (1997).

a *déixis*, serve prototípicamente para deslocar o foco de atenção do endereçado de um objeto de discurso existente para um novo derivado pela via do contexto situacional do enunciado. A *anáfora*, por outro lado, é um sinal para continuar um foco de atenção existente já estabelecido; os referentes (fracamente acentuados, fonologicamente não-proeminentes) de anáforas são assim pressupostos pelo falante para atingir um grau de saliência relativamente mais alto ou nível focal no ponto do texto em que são usadas.

Nesse caso, tanto a anáfora como a *déixis* operam no plano da organização da memória e servem para ativar ou reativar aspectos que residem nos conhecimentos dos interlocutores, sejam estes conhecimentos situados no texto ou em outros pontos do universo cognitivo. As diferenças entre *déixis* e anáfora não estão no nível das operações, mas da relação cognitiva estabelecida.

Podemos, pois, concordar com Cornish (1996, p. 23), quando ressalta que “a anáfora não é uma relação puramente intratextual entre expressões”, mas ela pode ser útil e servir para acessar entidades mentais envolvidas no universo discursivo, tal como temos visto no caso das *AI*. Nesse caso, as anáforas têm um valor indicial (*déitico*) não necessitando de ter um antecedente explícito no texto e podendo operar com informações pela via inferencial ou com base em aspectos culturais, da experiência etc. isto faz com que tenhamos um argumento a mais para a idéia do contínuo entre as anáforas diretas e indiretas, tal como exposto acima.

Observemos o exemplo a seguir, analisado anteriormente:

44. Aprendi italiano, mas infelizmente nunca estive *lá*.

O caso da expressão *lá*, não é propriamente um *déitico*, mas uma anáfora indireta no sentido de que seu acesso se dá a partir de um elemento textual enfocado nessa pró-forma adverbial. Aqui a distinção entre *déixis* e *anáfora* começa a esfumaçar-se de algum modo, pois a busca de uma âncora para a interpretação referencial do *lá* no enunciado acima não se acha no contexto situacional e sim no *cotexto*. Como observa Cornish (1996, p. 24), há aqui um “contínuo entre os dois pólos de anaforicidade e deiticidade”.

Abrindo espaços

Como deve ter ficado claro até o momento, as *anáforas indiretas* constituem uma excelente oportunidade para discutir alguns dos mais complexos problemas da semântica. Para concluir, enumeramos alguns desses problemas sem qualquer intenção de hierarquizá-los ou ordená-los.

1. A motivação para o tratamento da *AI* reside na sua enorme presença nos textos orais e escritos. Em muitos casos ela é mais frequente do que as anáforas ditas *diretas*. Isto faz com que não possamos admitir que a anáfora direta seja o caso paradigmático das anáforas. E não podemos mais admitir o que diz Reinhart (1980, p. 162) quando aponta as *AI* como “desvios”.

2. Aspecto por vezes discutido e mal-entendido, como bem mostra Schwarz (2000, p. 78), é o que diz respeito à compreensão das *AI*. Pois elas não são mais difíceis do que as diretas, como se vem ainda sustentando na literatura sobre o tema. Pelo contrário, as *AI* manifestaram-se como mais fáceis em diversos testes realizados.

3. Entre uma *AI* e um cotexto antecedente (uma *âncora*), há um vínculo coerente embora não haja uma relação explícita com um antecedente. Trata-se de uma relação entre *domínios referenciais* (Schwarz, 2000, p. 2). Sabemos que os textos desenvolvem cadeias referenciais que seqüenciam estados de coisas, entidades etc. Essas cadeias quase sempre são lacunosas, exigindo conhecimentos comuns, partilhados, situativos etc. para preenchimento. Sob este aspecto, as *AI* podem ser tidas como uma estratégia sistemática de suprir lacunas lexicais.

4. Um dos aspectos relevantes por que vale a pena trabalhar as *AI* é o que diz respeito ao *princípio de composicionalidade* levantado por Frege. Comprovadamente, no caso das *AI* esse princípio não funciona. A rigor, nem há composição e sim *introdução* de referente novo. Como podemos, pois encarar a questão da composicionalidade semântica no caso dessas anáforas? Tudo indica que o cálculo composicional e projetivo não pode aqui ser feito como proposto por Frege.

5. Também parece pouco razoável continuar postulando uma semântica vericondicional para o caso das *AI*. No momento, não fazemos a menor idéia de como se daria uma verificação da verdade do enunciado em relação aos referentes, mantendo os princípios básicos da teoria da verdade formalmente definida.

6. Em relação à coerência, podemos dizer que fica mais do que comprovado que ela não passa de um processo que se dá na relação entre indivíduos operando sobre o texto e não como propriedade textual. As *AI* são uma boa

prova disso. Valeria a pena investigar a relação que há entre processos de construção de coerência e funcionamento das *AI*.

7. Parece-nos que as *AI* servem muito bem para recolocar a questão do papel dos aspectos cognitivos na gramática. Como é que a cognição atinge a gramática? E como é que a gramática, sob este aspecto, é sempre um projeto de regularidades emergentes? Enfim, parece haver diferenças sensíveis entre as noções de regularidade, estabilidade, determinação e necessidade.

8. Por último, gostaríamos de abrir um capítulo novo, capaz, quiçá, de aportar o enfoque mais produtivo sobre a constituição e o funcionamento desse rico barco textual recheado de *anáforas indiretas*. Referimo-nos à teoria dos *espaços mentais* de Fauconnier (1985 e 1997) como o aporte teórico fundamental. Intuitivamente, afigura-se perfeitamente viável envolver a teoria dos *espaços mentais* complementada pelos *processos de mesclagem conceitual* na solução desses fenômenos. Esta é uma questão que deve merecer detida análise no futuro, pois a perspectiva é altamente promissora. Nós sabemos.

RESUMO

Esta análise parte de uma visão não referencialista nem representacionalista de língua e trata das ocorrências de anáforas que não têm um antecedente ou subsequente referencial explícito na contextualidade e se manifestam tanto na forma pronominal como nominal. Essas anáforas diferem das anáforas clássicas por se darem de forma indireta, ou seja, ancoradas em condições cognitivas, pragmáticas e se resolverem em atividades inferenciais de natureza variada e em processos de ativação e não de reativação de referentes. São muito mais freqüentes do que se imagina e não oferecem problema de compreensão. Além disso, possibilitam uma revisão de nossas noções de coerência e dos processos de textualização.

Palavras-chave: Anáfora indireta, referência, correferência e inferência.

ABSTRACT

This analysis is neither a referentialist nor representationalist vision of language. It discusses the occurrences of anaphora which have no antecedent or subsequent explicit reference in the context and are present in nominal and pronominal form. These cases differ from the classical anaphora in that they appear in an indirect form, that is, they are anchored in cognitive and pragmatic conditions, and are resolved in referential activities of various types as well as in processes of activation and not in the reactivation of referents. They constitute very frequent occurrences, and do not offer problems of comprehension. Moreover, they enable a possible revision of our notions about coherence and the processes of textualization.

Key-words: Indirect anaphora, reference, coreference, inference.

REFERÊNCIAS

- AOUN, J. (1985). *A Grammar of anaphora*. Cambridge: The MIT Press.
- APOTHÉLOZ, D. (1995). Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (Eds.). *Travaux Neuchatelois de Linguistique (Tranel) 23*: Genève. [S. l.: s. n.], 1995. p. 143-173.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. 1995. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.). *Travaux Neuchatelois de Linguistique (Tranel) 23*: Genève. [S. l.: s. n.], 1995. p. 227-271.
- APOTHÉLOZ, D.; DUBOIS, D. (1995). Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M.-J. (Eds.). *Travaux Neuchatelois de Linguistique (Tranel) 23*: Genève. [S. l.: s. n.], 1995. p. 227-271.
- BLASS, R. (1990). *Relevance relations in discourse. A study with special reference to Sissala*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRANDOM, R. B. (1994). *Making it explicit. Reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

- BÜHLER, K. (1934). *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunction der Sprache.* Jena: Fischer Verlag.
- CORNISH, F. (1996). Antecedentless anaphors: deixis, anaphora, or what? Some evidence from English and French. *Journal of Linguistics*, n. 32, p. 19-41, 1996.
- FAUCONNIER, G. (1985). *Mental spaces.* Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. (1997). *Mappings in thought and language.* Cambridge: Cambridge University Press.
- FIENGO, R.; MAY, R. (1994). *Indices and identity.* Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- FILLMORE, C. (1997). *Lectures on deixis.* Stanford: CSLI Publications.
- FOX, B. A. (1987). *Discourse structure and anaphora.* Written and conversational english. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRICE, H. P. (1975). Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Eds.). *Syntax and semantics v. 3 – Speech acts.* New York: Academic Press. p. 41-58.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. (1976). *Cohesion in English.* London: Longman.
- HEIM, I.; KRATZER, A. (1998). *Semantics in generative grammar.* Oxford: Blackwell.
- HEINE, L. M. B. *Aspectos do uso da anáfora no português oral.* Salvador, 2000. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Mimeog.
- HOEK, K. (1997). *Anaphora and conceptual structure.* Chicago: The University of Chicago Press.
- KLEIBER, G. (1994). *Anaphores et pronoms.* Louvain-la-Neuve: Duculot.
- KLEIBER, G. (1994). *Nominales. Essais de sémantique référencielle.* Paris: Armand Colin.
- KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. (1994). L'anaphore associative, d'une conception l'autre. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). (1994). *L'anaphore associative (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques).* Paris: Klincksieck. p. 5-64.
- KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. (1998). Processo de referenciação na produção discursiva. *Revista DELTA*, p. 169-190, 1998. Número Especial.
- LYONS, J. (1977). *Semantics.* v. 2. Cambridge: Cambridge University Press.

- MARCUSCHI, L. A. (1997). A dêixis discursiva como estratégia de monitoração cognitiva. In: KOCH, I. V.; BARROS, K. S. M. (Orgs.). *Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN. p. 156-171.
- MARCUSCHI, L. A. (1999a). O processo de referenciação na produção discursiva. In: HORA, D. E. C. (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. 1999. p. 219-230.
- MARCUSCHI, L. A. (1999b). Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, n. 3, p. 21-46, 1999.
- MARCUSCHI, L. A. (2000a). Referenciação e cognição o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas. p. 191-240. (Projetos Paralelos – NURC/SP, Núcleo USP, v. 4).
- MARCUSCHI, L. A. (2000b). Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 79-107.
- MILNER, J.-C. (1982). *Ordres et raisons de langue*. Paris: Seuil.
- MIRANDA, N. S. (2000). *A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Mimeog.
- MONDADA, L. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir*. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne, 1994. 671 f. Thèse (Docteur en Lettres) - Université de Lausanne, Faculté de Lettres.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. (1995). Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. (Eds.). *Travaux Neuchatelois de Linguistique (Tranel) 23*: Géneve. [S. l.: s. n.], 1995. p. 273-302.
- RECANATI, F. (1993). *Direct reference. From language to thought*. Oxford: Blackwell.
- REINHART, T. (1980). Conditions of Coherence. *Poetics today*, n. 1, p. 161-180.
- ROBERTS, L. D. (1993). *How reference works. Explanatory models for indexicals, descriptions, and opacity*. New York: State University of New York Press.
- SALOMÃO, M. (1997). Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. *Veredas, Juiz de Fora*, v. 1, n. 1, jul./dez. 1997.
- SCHIFFRIN, D. (1990). Between text and context: deixis, anaphora, and meaning of then. *Text*, v. 10, n. 3, p. 245-270. 1990.

- SCHNEDECKER, C.; et.al. (Eds.). (1994). *L'anaphore associative* (Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques). Paris: Klincksieck.
- SCHWARZ, M. (2000). *Indirekte Anaphern in Texten*. Studien zur domänegebundenen Referenz und Kohärenz im Deutschen. Tübingen: Niemeyer.
- SCHWITALLA, J. (1997). *Gesprochenes Deutsch*. Eine Einführung. Berlin: Eric Schmidt.
- TASMOWSKY-DE RYCK, L.; VERLUYTEN, S. P. (1982). Linguistic control of pronouns. *Journal of Semantics*, n. 1, p. 323-346.
- TASMOWSKY-DE RYCK, L.; VERLUYTEN, S. P. (1985). Control mechanism of anaphora. *Journal of Semantics*, n. 4, p. 341-370.
- YULE, G. (1982). Interpreting anaphora without identifying reference. *Jornal of Semantics*, n. 1, p. 315-323.